



Waldemir Barrato/Agência Senado

"O importante é cumprir o Regimento e votar dentro das regras", avalia Romero Jucá (C), que deu parecer favorável à alteração proposta no PLN 36/2014, mas cobrou melhor planejamento do governo

Mudança na regra do superávit primário deve ser votada na terça

Acordo de líderes partidários reabriu debate sobre a proposta, que o governo tentou votar ontem na Comissão de Orçamento, mas não conseguiu

O governo não alcançou os votos necessários na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para acelerar a análise do PLN 36/2014, que altera a meta fiscal deste ano. A votação da proposta deve ocorrer na terça-feira, quando a CMO volta a se reunir. O projeto chegou

a ser dado como aprovado anteontem, mas os opositoristas ameaçaram pedir anulação da sessão na Justiça por quebra de regimento. Ontem, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, fizeram acordo com os líderes e o debate foi reaberto. **12**

Lançada em Plenário campanha de combate à violência a mulheres **2**

Comissão aprova prioridade para o uso de armas não letais **9**

Órgãos de controle apontam falhas na gestão de contratos da Petrobras

Em debate na CPI mista, auditores criticaram o modelo de contratações da Petrobras. Para Daniel Caldeira, da CGU, a estatal pactua aditivos contratuais descumprindo

regras estabelecidas previamente. Rafael Cavalcante, do TCU, considerou a dispensa de licitação como a principal fonte de problemas nos contratos da Petrobras. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rafael Cavalcante (2º à dir.), do TCU, critica as dispensas de licitação nos contratos da Petrobras

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Vanessa Grazziotin e Weliton Prado participam da comemoração do Dia da Bandeira

Solenidade cívica comemora Dia da Bandeira no Congresso Nacional

Parlamentares e militares das Forças Armadas se reuniram ontem no Congresso para comemorar o Dia da Bandeira. Durante a cerimônia, os corais do Colégio Militar de Bra-

sília e do Senado cantaram juntos o Hino Nacional e o Hino da Bandeira. Os 27 participantes do Projeto Jovem Senador desfilaram com as bandeiras de seus estados. **3**

Jovens senadores elaboram sugestões para projetos de lei **3**

Segue para votação final prioridade no comércio para grávidas e idosos **6**

Congresso adere a campanha de proteção das mulheres

Movimento intitulado 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher conta com a participação de mais de 150 países. Para Vanessa Grazziotin, tema precisa estar na agenda política

O CONGRESSO NACIONAL lançou ontem oficialmente a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Trata-se de uma ação educativa de massa pela erradicação dos abusos e pela garantia dos direitos das mulheres. O movimento existe desde 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres, e conta com a participação de mais de 150 países.

Ao abrir a sessão especial, a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontam a violência doméstica como a principal causa de morte no Brasil em mulheres de 16 a 44 anos, matando mais do que doenças como o câncer e acidentes de trabalho.

— O óbito é a expressão maior de violência contra as mulheres e normalmente é resultado de uma escalada de agressões que envolvem abusos físicos, emocionais e até coações sexuais. Não são poucos os dados que comprovam a necessidade de mantermos o combate à violência contra as mulheres na agenda política, e é isso que estamos perseguindo hoje, aqui — destacou Vanessa.

Já a procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, Elcione Barbalho (PMDB-PA), lembrou que existem formas



Senadoras e deputadas participam da sessão de lançamento da campanha

de violência mais disfarçadas, a exemplo da discriminação no trabalho, nos salários e na educação e da baixa autoestima decorrente dos abusos.

— Hoje é o dia em que firmamos o compromisso de combater e erradicar todas as formas de agressão, desde aquelas que se revelam de modo tão cruel, como a violência doméstica, o estupro, o assassinato, até a exploração sexual, sob todas as maneiras — afirmou.

Proteção especial

Enquanto ocorria a sessão, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou a PEC 43/2012, de Marta Suplicy (PT-SP), que concede proteção especial às mulheres vítimas de violência (leia mais na página 6). A notícia de que o texto vai ao Plenário com pedido de urgência foi comemorada pelas ativistas presentes.

Em discurso, Marta ressaltou que as vítimas são merecedoras de respeito e que o principal objetivo da PEC é resgatar a autoestima delas. A senadora também destacou a importância da CPI Mista da Violência contra a Mulher, criada em 2012, que resultou na elaboração de 13 projetos de lei em favor das mulheres. Entre eles, a senadora citou o PLS 292/2013, que insere o feminicídio como qualificador do homicídio e aguarda votação no Plenário do Senado; o PLS 295/2013, que garante atendimento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres vítimas de violência e seguiu para análise da Câmara dos Deputados; e o PLS 294/2013, que exige rapidez na análise de prisão preventiva dos agressores e também aguarda votação na Câmara.

É preciso incluir os homens na discussão, afirma Anibal Diniz

Entre senadoras, deputadas, oficiais da Marinha e da Aeronáutica e representantes de conselhos de direitos da mulher, cerca de uma centena de mulheres participaram do lançamento, no Congresso Nacional, da campanha 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou o pequeno número de homens presentes na sessão. O senador lembrou que, se existe a violência contra a mulher, é porque existem homens que praticam esse abuso.

— Entendo que não são as mulheres falando delas para elas próprias que vão mudar esse cenário. Ou a gente encontra uma forma de envolver os homens nessa discussão, ou dificilmente a gente vai ter esse quadro melhorado.

O senador destacou esforço que faz para a votação do PLS 132/2014, de autoria dele, que estabelece que nas eleições de renovação de dois terços do Senado, uma das duas vagas

de cada estado seja destinada às mulheres.

— É um projeto extremamente difícil de passar nesta Casa, porque, dos 81 senadores, apenas 13 são mulheres.

Diversas autoridades que passaram pela tribuna destacaram a Lei Maria da Penha como um dos principais avanços nos direitos das mulheres nos últimos anos. Para Lídice da Mata (PSB-BA), a lei rompeu o paradigma de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

— Trata-se de uma conquista extraordinária, referência de legislação de defesa da mulher no mundo. A Lei Maria da Penha vem para dizer que o Estado e a sociedade brasileiros não aceitam que as mulheres possam ser torturadas, espancadas, sem se incomodarem porque se dá no ambiente doméstico.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), ex-ministra dos Direitos Humanos, pediu empenho do Congresso na votação de matérias que tramitam na Casa:

— Temos um papel antidiscriminatório e de afirmação dos direitos. Temos uma grande tarefa e, no Congresso, temos uma agenda suprapartidária, uma bancada feminina que será muito maior, com o apoio das mulheres que estão nas ruas, em cada lugar do Brasil. Entre os projetos em tramitação no Congresso, estão o PL 7.371/2014, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e o PL 6.293/2013, que torna a violência doméstica crime de tortura.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), a violência é um processo de “desumanização” que deve ser central nas ações de Estado. Ela classificou a sub-representação feminina no Parlamento de “burca invisível” e disse que é impensável a elaboração de políticas públicas sem que a opinião das mulheres sejam ouvidas.

Encarte especial sobre o assunto: <http://bit.ly/encarteMulheres>

Ana Rita cobra aprovação do projeto que pune o feminicídio

Ana Rita (PT-ES) fez um apelo à Mesa do Senado para que incluía na ordem do dia o projeto que trata do feminicídio. O texto (PLS 292/2013) foi uma das sugestões do relatório final, elaborado pela senadora, da CPMI da Violência Contra a Mulher, que atuou entre 2012 e 2013. O projeto considera feminicídio o crime praticado contra a mulher por razões de gênero. Ela cobrou a análise de outros projetos da CPMI.

— Fizemos 68 recomen-



Ana Rita/Agência Senado

dações, como a criação de um benefício social transitório para a vítima de violência, nos casos em que a mulher não possa sobreviver com os

filhos em abrigo. O projeto já foi aprovado no Senado e agora está na Câmara.

Ela lamentou o fato de o Brasil ter registrado, em 2013, 50,3 mil estupros e chamou a atenção para a possibilidade de esse número ser muito maior em virtude da subnotificação dos casos, podendo chegar a 143 mil estupros.

Lídice: desafio é ampliar recursos públicos para proteção feminina

Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou como principal desafio para o movimento feminista em 2015 garantir mais recursos dos orçamentos da União e dos estados para o combate à violência contra a mulher.

— O movimento de mulheres tem a oportunidade de insistir na nossa pauta para que todos os governos possam ser mais generosos com as instituições governamentais que tratam da política de proteção à mu-



Lídice da Mata/Agência Senado

lher, de inclusão da mulher na sociedade, de combate à discriminação e de combate à violência contra a mulher — afirmou.

Ela destacou a conquista da Lei Maria da Penha, “referência fundamental”, mas lembrou as dificuldades para a implantação da legislação.

— Não podemos ter uma mulher na Presidência e isso não impactar nos índices de violência contra a mulher, no sentido de rebaixá-los — concluiu.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Entre os projetos em pauta, está a PEC 32/2010, que explicita que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é órgão do Poder Judiciário.

PRESIDÊNCIA Abdias Nascimento

11h Sessão especial de entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento a pessoas que se destacaram na promoção da cultura afro-brasileira. Às 16h, Renan Calheiros preside a ordem do dia. Às 19h, participa de seminário sobre mediação e arbitragem, do Conselho da Justiça Federal e STJ.

CRA Recursos pesqueiros

8h30 O ministro da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes, é um dos convidados de debate sobre a gestão dos recursos pesqueiros.

CAS Guarda compartilhada

10h Comissão debate o PLC 117/2013, sobre guarda compartilhada. A Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância é uma das convidadas.

CMO Orçamento

10h Reunião deliberativa da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

CRE Emendas à LDO e embaixadores

10h A comissão escolhe as emendas que apresentará ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Logo após, avalia seis mensagens presidenciais com indicação de embaixadores.

SESSÃO ESPECIAL Abdias Nascimento

11h No Plenário, entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento. Entre os premiados, Gilberto Gil e Martinho da Vila.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso Nacional comemora Dia da Bandeira

Comemoração cívica contou com a participação de militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, além parlamentares e dos 27 jovens senadores integrantes do Projeto Jovem Senador



A senadora Vanessa Grazziotin hasteia a Bandeira Nacional em frente ao Congresso durante a cerimônia com militares e estudantes

Edilson Rodrigues/Agência Senado

EM SOLENIDADE REALIZADA na área externa do Palácio do Congresso Nacional, o Dia da Bandeira, ontem, foi comemorado com a presença de militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira.

O coral do Colégio Militar de Brasília se juntou ao Coral do Senado para cantarem, juntos, o Hino Nacional e o

Hino da Bandeira, ao som da banda do Batalhão da Guarda Presidencial.

Após o desfile das 12 bandeiras que já representaram o país, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Weliton Prado (PT-MG) hastearam as bandeiras nos mastros do Senado e da Câmara.

Os 27 jovens senadores empossados esta semana pelo

Projeto Jovem Senador desfilaram com as bandeiras dos estados e do Distrito Federal.

Elaine Carvalho, mãe da jovem senadora Anna Rita de Cascia, de Minas Gerais, assistiu ao evento com os professores orientadores. Ela destacou a importância da participação dos jovens na cerimônia.

— Hoje, com a tecnologia, os adolescentes estão muito

distantes e não se interessam por momentos cívicos, pela política. E esse é o momento de trazê-los para essa realidade. Ela vivenciando isso vai passar para os colegas, assim como os professores que vieram — explicou Elaine.

Seiscentos alunos de escolas da rede pública e privada do Distrito Federal foram convidados a assistir ao evento. A

professora Maria Aparecida, do Centro Educacional Expoente, de Santa Maria (DF), acredita que a educação precisa de incentivos com relação ao civismo.

— Os alunos não conhecem mais símbolos, então é interessante para que possam aprender sobre a cultura e o patriotismo — afirmou a professora.

Jovens senadores elaboram projetos de lei

Os jovens senadores — 27 estudantes de todo o país escolhidos para participar de uma semana de atividades no Senado — reuniram-se ontem para elaborar as propostas que, se aprovadas, poderão se tornar projetos de lei. As propostas serão colocadas hoje em votação nas três comissões do Projeto Jovem Senador.

Na Comissão de Educação, os jovens senadores elaboraram um projeto apontando as diretrizes para educação em tempo integral. O segundo projeto da comissão é voltado aos alunos da rede pública estadual que cursam o 3º ano. Para ajudar na escolha profissional, a sugestão é que a rede ofereça cursinhos preparatórios para o vestibular, testes vocacionais e estágios com profissionais das áreas pretendidas.

Na Comissão de Financiamento de Educação, os estudantes criaram o projeto que proíbe a utilização dos royalties de petróleo para outros fins que não sejam o financiamento da saúde e educação. Outra proposta é a criação de bolsa jovem aos estudantes do ensino médio da rede pública. Para

receber o benefício, no valor de R\$ 250, estão a frequência escolar e não ser beneficiário do Bolsa Família.

Na Comissão de Direitos Humanos e Meio Ambiente,

foram apresentados os projetos para criação da Semana de Direitos Humanos nas escolas e medidas para estimular políticas públicas para proteção de populações tradicionais.

Renan cita aprovação no Senado de proposta feita por estudante

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem os 27 estudantes participantes da edição 2014 do Projeto Jovem Senador. Renan destacou a importância do programa, que dá a oportunidade aos estudantes de conhecerem o dia a dia do Senado, atuando como parlamentares.

Ele citou a aprovação, an-

teontem, do PLS 467/2012, que obriga as escolas públicas a darem aulas de reforço para alunos com baixo rendimento a partir do fim do primeiro bimestre. A proposta foi apresentada pelos jovens senadores de 2011.

— Esta é a primeira vez que um projeto proposto por um jovem senador é apreciado no Plenário — disse.



Walter Pinheiro, Renan Calheiros e Eduardo Braga recebem estudantes

Jane de Anunzio/Agência Senado

Professores debatem texto que federaliza a educação

Investimentos equivalentes a 10% do produto interno bruto (PIB) do país, ao longo de 20 anos, podem levar a educação pública brasileira ao patamar das nações que lideram os rankings internacionais do setor — caso da Coreia do Sul e da Finlândia.

A previsão foi feita ontem pelo consultor do Senado Waldery Rodrigues Junior, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre a federalização da educação básica no Brasil. O tema foi escolhido pelos professores de escolas públicas que acompanham os alunos participantes do Projeto Jovem Senador.

Rodrigues Junior apresentou, durante o encontro, projeto (PDS 460/2013) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que está em discussão no Senado e transfere para a União a responsabilidade sobre a educação básica no país.

Segundo o consultor, o investimento é compatível com a realidade brasileira.

Ele deu o exemplo de uma pequena cidade com 36 mil habitantes que, para ter educação pública de alta qualidade, precisaria de R\$ 160 milhões por ano.

— É muito pouco, mas o município não tem esse dinheiro. A União tem — afirmou.

Politização

Paulo Davim (PV-RN), presidente da comissão do Projeto Jovem Senador, disse que a iniciativa mobilizou este ano mais de 150 mil estudantes. Ele lembrou que os professores são essenciais para divulgar a ação nas escolas.

— Queremos que a sociedade por inteiro se politize e nada melhor do que começarmos pela juventude.

Também participaram da audiência os senadores Wilson Matos (PSDB-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS), autor, com o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), do requerimento para o debate.

(Com a Rádio Senado)

Medida que flexibiliza a exigência de farmacêutico responsável em pequenas drogas ainda causa polêmica. Deputado critica inclusão de emenda relativa aos frigoríficos

Votação da MP das Farmácias fica para terça

A VOTAÇÃO DO relatório final da comissão mista que analisa a MP das Farmácias (MP 653/2014), programada para ontem, ficou para terça-feira. O adiamento foi pedido pelo senador José Pimentel (PT-CE), membro da comissão e líder do governo no Congresso. Ele alertou para a realização, no mesmo horário, de reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para tratar do polêmico projeto de alteração na meta do superávit.

A sugestão foi apoiada pela presidente da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e pelos demais membros. O relator da MP, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), garantiu que usará o tempo extra para continuar aprimorando o texto.

— Desde o início estive aberto a todos os segmentos que me procuraram, tanto os sindicatos quanto as empresas, e continuo à disposição das entidades para dialogar — afirmou.

A MP estabelece que pequenas e microempresas adotem as regras da Lei 5.991/1973, que permite a presença, como responsável, de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outros”, inscrito em conselho regional de Farmácia, se comprovada a ausência de farmacêutico na região.

Uma emenda acatada pelo relator ampliou o escopo da MP para permitir às farmácias oferecer assistência técnica remota de um farmacêutico, por telefone ou internet, nos intervalos da jornada de trabalho do farmacêutico titular, em caso de substituição temporária ou nos fins de semana e feriados.



Ao lado do senador Wilson Matos (D), o deputado Moreira Mendes critica emendas de temas diferentes

A medida provisória tem provocado disputas acaloradas desde que chegou ao Congresso. As empresas argumentam que a flexibilização é essencial para a sobrevivência de drogas em municípios pequenos e distantes dos centros urbanos. As entidades de classe alertam para os riscos de permitir a compra de medicamentos sem a devida orientação profissional. Também acreditam que a proposta atropela o propósito da Lei 13.021/2014, que estabeleceu a obrigatoriedade da presença do farmacêutico.

A comissão mista promoveu neste mês duas audiências públicas para debater o assunto, nos dias 4 e 11.

Críticas ao “jabuti”

Membros da comissão mista já adiantaram críticas ao relatório. O deputado Moreira Mendes (PSD-RO) já afirmou ser contrário ao texto,

especialmente por causa da inclusão de uma emenda tratando de tema diferente — o que é conhecido no jargão legislativo como “jabuti”.

O “jabuti”, no caso, são quatro artigos que regulamentam a atividade dos frigoríficos. Eles transformam em competência da União a fiscalização de todos os estabelecimentos desse tipo no país (atualmente estados e municípios também realizam a tarefa) e estabelecem uma taxa de inspeção a ser paga ao Ministério da Agricultura.

— É um assunto estranho à medida provisória. Isso vai inviabilizar os pequenos frigoríficos de todo o país, que são licenciados pela fiscalização sanitária estadual ou municipal. O Ministério da Agricultura não tem estrutura para controlar o país todo — contestou Moreira Mendes.

O deputado pediu que o relator reconsiderasse essas mudanças e

mencionou a possibilidade de ação de seu partido em Plenário para derrubá-las.

— Já vou antecipar que vamos usar todos os esforços no sentido da obstrução, quem sabe até para derrubar a MP, se esses dispositivos não forem retirados.

Outras críticas

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que é farmacêutica, considera que o relaxamento da exigência avilta o ofício. Ela diz que o cenário ideal é que profissionais da área tenham incentivo para abrir e gerenciar pessoalmente as pequenas e microempresas de farmácia.

— Não temos nada contra a microempresa, ao contrário. Queremos linhas de financiamento para que o farmacêutico abra sua farmácia em locais remotos e ela venha a pertencer ao farmacêutico. Acabariamos com essa dubiedade entre comércio e saúde.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) voltou a questionar o quórum da reunião anterior da comissão, no dia 13, em que o relatório foi apresentado. Ele pediu a anulação do encontro. Também contrário à proposta, ele pôs em dúvida o consenso do governo em torno do tema.

— Tem gente no governo que não quer que ela prospere. Eu conversei com ministros. Foi um erro enfiar a questão da pequena e média empresa da forma como foi feito. Não ajuda e ajuda ainda menos a assistência farmacêutica integral.

Para Viana, Jatene foi médico exemplar

Jorge Viana (PT-AC) prestou homenagem ao cardiologista e ex-ministro da Saúde Adib Jatene, morto sexta-feira, aos 85 anos. Segundo o senador, ele foi um exemplo de médico e homem público e um dos acrianos que mais dão orgulho ao estado.

Viana mencionou a trajetória de Jatene, de origem humilde, que se tornou cirurgião destacado e pioneiro em cirurgias de ponte de safena. Ele ainda ressaltou a preocupação de Jatene com a humanização do atendimento médico, uma necessidade que considerava cada vez menos compatível com o alto custo das especializações.

— Defendia uma medicina pessoal: conhecer o corpo, conhecer a história do paciente, se envolver e buscar ali entender a causa de um problema de saúde que a pessoa passa. E ele falava que o bom médico precisa se transformar num especialista em gente — disse o senador.

Viana lembrou também o esforço de Adib Jatene pela criação da CPME, contribuição idealizada para financiar a saúde.

Pinheiro cobra urgência para fim da guerra fiscal



O Senado precisa dar prioridade à votação das proposições que acabam com a guerra fiscal e combatem as desigualdades regionais, defendeu Walter Pinheiro (PT-BA). Para agilizar essa solução, sugeriu que os senadores aprovem o projeto que regulariza incentivos fiscais concedidos pelos estados para atrair investimentos empresariais (PLS 130/2014).

Segundo Pinheiro, a convalidação dos incentivos abrirá caminho para unificar a alíquota do ICMS (PRS 1/2013). Mas, para viabilizar a reforma do principal imposto estadual, é necessária a aprovação dos dois fundos: o destinado a compensar os estados que terão perdas com a unificação do ICMS e o de desenvolvimento econômico.

— Não há como adiar mais essa questão, crucial para a economia e as finanças de todos os municípios brasileiros e para as políticas públicas que atendem especialmente as áreas sociais — salientou.

Congresso deve fiscalizar mais, afirma Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou aos tribunais de contas dos estados, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público, às assembleias legislativas e ao Congresso Nacional para que cumpram a missão de fiscalizar o uso do dinheiro público.

O senador disse que procura sempre encaminhar às autoridades competentes as informações sobre irregularidades de que toma conhecimento. Ele advertiu que quem não age assim e se cala acaba colaborando com corruptos e malfeitores.

— É importante que o Congresso, principalmente o que vai tomar posse em 2015, neste momento de transição por que passa o país, se dedique mais a esse dever que temos de investigar, fiscalizar e denunciar todo tipo de corrupção.

O senador citou como exemplo de eficiência a Operação Mãos Limpas, uma grande investigação judicial ocorrida na Itália, na década de 1990.

Paim: país ignora assassinato de negros



Paulo Paim (PT-RS) elogiou a campanha da Anistia Internacional contra o assassinato de jovens negros no Brasil. O senador mencionou o *Mapa da Violência*, segundo o qual, em 2012, foram assassinadas 56 mil pessoas no Brasil, sendo 30 mil jovens de 15 a 29 anos de idade, dos quais 77% negros.

— Apesar dos altíssimos índices de homicídios de jovens negros, o tema é tratado com indiferença. Não está como prioridade na agenda nacional. As consequências do preconceito mostram uma visão negativa associada a esses jovens e aos territórios das favelas e das periferias.

Paim também defendeu a aprovação do PLS 316/2013, apresentado por ele, que estabelece prazo para a concessão de marcas e patentes após a solicitação. Segundo ele, o texto é consenso entre trabalhadores e empresários. O prazo para o exame e a concessão de pedido de patente é de cinco anos. Se a matéria for aprovada, não poderá superar seis meses.

Suplicy pede decisão favorável a índios de MT



Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida favoravelmente aos índios guaranis-cauiás na ação que questiona o ato do Ministério da Justiça que reconheceu como dos indígenas a área em que eles viviam até a década de 1940, quando foram expulsos pelo governo de Mato Grosso.

Na ação, uma das turmas do STF foi favorável ao produtor rural que questionou o ato do Ministério da Justiça, mas agora um recurso pode mudar a decisão, explicou Suplicy.

O senador questionou a forma como os ministros fundamentaram a decisão. Segundo Suplicy, eles alegaram que os índios teriam direito às terras se a ocupassem à época da promulgação da Constituição de 1988.

— Ignora-se que, desde a Constituição de 1934 e em todas que se seguiram, os direitos dos índios à posse permanente de suas terras estavam assegurados. Ignora-se uma história de violência e esbulho.

Petrobras deve melhorar gestão de contrato, diz CGU

CPI mista discutiu, em audiência esvaziada, regras que a estatal usa para adquirir bens e contratar serviços. Parte dos contratos vem sendo firmada sem licitação

NUMA AUDIÊNCIA ESVAZIADA de parlamentares, a CPI Mista da Petrobras debateu ontem as regras usadas pela estatal para a contratação de serviços e a compra de bens.

Representantes da Petrobras esclareceram que a empresa adota um processo licitatório simplificado, estabelecido por decreto. A norma dispõe que a licitação deve selecionar a proposta mais vantajosa.

— É um decreto que nos dá a agilidade suficiente para o mercado no qual a gente opera, mantendo aqueles princípios constitucionais de economicidade, transparência e imparcialidade — afirmou o gerente de Materiais, Rafael Brandão Rocha.

Os representantes dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público, chamaram a atenção para dois aspectos: transparência e o fim da sensação da impunidade.

O auditor Daniel Matos Caldeira, da CGU, afirmou que a transparência é o melhor antídoto contra a corrupção. Ele

disse que tem sido verificado que a gestão de contratos da Petrobras está deficitária, apesar de a empresa ter instrumentos de controle bem constituídos. Segundo Caldeira, inúmeros aditivos de prazo ou valor são pactuados sem o cumprimento integral do sistema de celebração de aditivos e sem apurar responsabilidades.

— A cultura organizacional da empresa ainda não incorporou os regramentos necessários.

O procurador regional da República Marcelo Antonio Moscolliato ressaltou a relevância de leis para regulamentar os processos de licitação, mas advertiu que, enquanto persistir na sociedade a impressão de que o crime compensa, operações como a Lava-Jato, que resultou em prisões de executivos da Petrobras e de empreiteiras, continuarão a ser necessárias.

O secretário de Fiscalização de Obras para a Área de Energia do TCU, Rafael Jardim Cavalcante, observou que o regramento seguido pela Petrobras possibilita as contratações sem



Debateram o tema Moscolliato (MPF), Adriano Marques (Petrobras), deputado Florence, Cavalcante (TCU) e Caldeira (CGU)

licitação, o que implica riscos.

— Não temos ainda números definitivos, mas, nos últimos quatro anos, a Petrobras talvez tenha contratado, em bens, entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões. Levantamentos preliminares apontam que mais de 70% dessas contratações são feitas sem licitação. E aí, para avaliar, antes do certo e do errado, qual é o risco dessa prática, em termos de boa governança corporativa? — questionou.

Graça Foster mentiu à CPI, afirma deputado

A oposição aproveitou a audiência pública da CPI Mista da Petrobras para novamente criticar a presidente da estatal, Graça Foster. O líder do PSDB na Câmara, deputado Antonio Imbassahy (BA), acusou a dirigente de ter mentido quando disse à comissão que não havia irregularidade detectada nos negócios entre a petrolífera e a empresa holandesa SBM Offshore, fornecedora de navios-plataforma.

Nesta semana, Graça Foster afirmou ter sido informada pela SBM de que houve pagamento de propina a empregados da Petrobras. Segundo Imbassahy, a executiva “perdeu autoridade moral” e mentiu “não só para o Parlamento, mas para o povo”.

— Em junho, ela esteve aqui e informou que a comissão de investigação interna formada pela Petrobras não detectou

nenhum problema. Agora, ela declarou que, desde maio, já tinha conhecimento de ofício da SBM dizendo ter pago propina a funcionários da empresa. Se em junho ela dizia que não havia informação e agora fala que desde maio já tinha ofício, ela mentiu à CPMI — concluiu.

O deputado Rubens Bueno (PR), líder do PPS, ressaltou que o Ministério Público holandês identificou US\$ 139 milhões pagos em propina. Ele classificou de “piada” a criação da Diretoria de Governança anunciada por Graça Foster na segunda-feira.

— Parece piada, depois de tantos anos de roubo. Não houve zelo do governo de cuidar da empresa.

Em nota, a Petrobras confirmou que criou uma comissão interna de investigação em fevereiro. Porém, a comissão,

dentro do limite de competência, não encontrou fatos e documentos que evidenciassem pagamentos indevidos.

A estatal informou que, após a conclusão dos trabalhos, em 31 de março, continuou apurando novos fatos, sempre encaminhando documentação à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.

Segundo a nota, em abril foram iniciadas auditoria e sindicância pela CGU, baseadas no relatório elaborado pela comissão interna e documentos enviados pela companhia. A Petrobras ainda não recebeu o resultado da sindicância. A empresa confirma que não recebeu notificação da Justiça holandesa e que não negociará com a SBM até que sejam concluídas as investigações.

Investigação do Senado completa quatro meses sem fazer reuniões

Com apenas três senadores presentes, a CPI do Senado não obteve quórum mais uma vez. Foi a quinta tentativa desde 16 de julho, quando os senadores fizeram a última reunião da comissão de inquérito.

Desta vez, assinaram presença apenas o presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relator, José Pimentel (PT-CE), e o senador Anibal Diniz (PT-AC). Na pauta, estão 32 requerimentos, a maioria com pedido de informações a empresas, além da convocação de Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef.

A CPI volta a se reunir no dia 26 de novembro para ouvir o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Rangel, e o secretário de Relações Internacionais da entidade, João Antônio de Moraes. Para os depoimentos, Vital garante que a reunião vai ser realizada:

— Lamentavelmente, a CPI do Senado não anda com os mesmos passos da CPI mista pelo fato de o quórum ser esvaziado pela ausência da oposição. A reunião

administrativa exige quórum mínimo para abertura dos trabalhos e votação de requerimentos. Nas oitavas, não há essa necessidade. Portanto, podemos fazer a reunião só com a minha presença e a do relator.

Na terça-feira, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou à CPI mista o acesso aos depoimentos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa após delação premiada com o Ministério Público e a Polícia Federal. Agora, o presidente admitiu que a investigação ficará “mais difícil”.

— Não teremos a resposta de algumas dúvidas que podem estar na delação. Entendemos a posição do Supremo, mas não concordamos, pois, por força constitucional, as comissões de inquérito podem ter acesso a tais informações — afirmou Vital, que pretende analisar com a assessoria jurídica do Senado que providências tomar.

A CPI mista tem a participação de senadores e deputados e funciona paralelamente à CPI do Senado.

Flexa pede apuração rigorosa na estatal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou ontem uma rigorosa apuração das denúncias envolvendo a Petrobras. O senador disse que a corrupção na estatal é “um escândalo anunciado”, já que desde 2009 o Tribunal de Contas da União vinha alertando o governo sobre irregularidades na empresa.

Na avaliação dele, houve uma omissão da Controladoria-Geral da União na apuração do caso. O parlamentar disse lamentar o fato de que um órgão que deveria zelar pelo patrimônio público



Geórgio Magalhães/Agência Senado

tenha se tornado cúmplice da corrupção.

Flexa afirmou que o PSDB entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República para apuração da prática de improbidade administrativa pelo ministro

Jorge Hage, por conta da omissão da corregedoria.

— Concluo reafirmando que o nosso partido não descansará nesse propósito de proteger o nosso patrimônio e de punir os responsáveis por sua dilapidação — declarou.

Simon: Dilma precisa de apoio contra corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) exigiu que a presidente Dilma Rousseff busque um entendimento envolvendo toda a sociedade e todos os partidos políticos para enfrentar a corrupção que tomou conta do poder público.

— Daí, seria possível definir uma plataforma mínima de medidas, como as reformas política e tributária, para que o país não deixe passar o momento importante de sua história — afirmou o senador.

Ele disse que o país está parado,



Marcia Moritz/Agência Senado

aguardando a revelação dos nomes de políticos envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras. No entanto, em sua avaliação, isso não deve ser motivo para indefinições, pois o país deve definir rumos para superar o cenário posto, que ameaça seu futuro.

Simon lembrou que, à época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, Itamar Franco reuniu os partidos políticos e, sem distribuição de cargos e troca de favores, aprovou as medidas necessárias para sanear o país.

Loja deverá atender com prioridade idoso, grávida e pessoa com deficiência

Atualmente, lei garante atendimento preferencial apenas em guichês de bancos, repartições públicas e concessionárias de serviços públicos. Grandes estabelecimentos que desrespeitem norma prevista no projeto receberão multa de dez salários mínimos

OS GRANDES ESTABELECIMENTOS comerciais que atendam o público por meio de balcões e guichês deverão dar tratamento prioritário a pessoas com deficiência, idosos com mais de 60 anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. É o que prevê o PLC 44/2014, que foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e agora vai para o Plenário.

Atualmente, a Lei 10.048/2000 prevê tratamento diferenciado e imediato somente em repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e bancos.

O PLC 44/2014 determina que o desrespeito ao atendimento prioritário sujeitará a loja a multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social, ou seja, o salário mínimo, hoje em R\$ 724.

Para o relator, Paulo Davim (PV-RN), a questão precisa ser moralizada, uma vez que há



Paulo Davim, relator da proposta, diz que grandes negócios cometem um “desrespeito tremendo” no atendimento

um “desrespeito tremendo” no atendimento ao público, especialmente nos grandes negócios. Entretanto, ele considerou injusto sujeitar às mesmas regras e punições tanto uma multinacional quanto um sapateiro que, em um quiosque, atende clientes atrás do balcão. Por isso, apresentou emendas

prevendo que a proposta se aplica apenas àqueles estabelecimentos em que ocorre, “a título constante e previsível, a formação de filas e que, portanto, revelam volume de negócios compatível com a dimensão das multas estabelecidas”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se o valor da multa

não estaria demasiadamente elevado. Davim mencionou a recente elevação das multas para motoristas infratores e disse ser a “única forma de coibir os excessos no trânsito”. Para ele, as multas precisam ser “pesadas e sentidas”.

— Infelizmente o lugar mais sensível das pessoas é o bolso. Isso é pedagógico também.

Texto inclui mulher agredida em política de assistência social

A mulher vítima de violência também poderá ser incluída entre os beneficiários da política de assistência social estabelecida pela Constituição. A iniciativa é de Marta Suplicy (PT-SP) e foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marta encaminhou a medida via proposta de emenda à Constituição (PEC 43/2012), apoiada pelo voto favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS). De acordo com o texto constitucional, a assistência social deverá ser prestada “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Alcança a família, crianças e adolescentes carentes, pessoas com deficiência.

— Essa política pública é altamente reveladora da dimensão social do Estado brasileiro, de sua importância para o combate às imensas desigualdades que marcam a nossa formação histórica. Fundamental, sobretudo, para que os excluídos de nossa sociedade percebam que não estão esquecidos pela sociedade e pelo Estado — afirmou Marta.

Paim também concorda que as mulheres vitimadas pela violência devem ser alvo de proteção especial.

— Destacar essa medida no texto da nossa Constituição ressalta o compromisso do Estado em garantir-lhes a prestação dos direitos assistenciais especializados — considerou o relator.

No debate da matéria, Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram a importância do fortalecimento de medidas de proteção das mulheres e lembraram que a votação da proposta na CCJ coincide

com o lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no Congresso.

A PEC 43/2012 segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.



Paulo Paim e Marta Suplicy em reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Projeto livra gestante de risco de cumprir carência em plano

Planos e seguros de saúde poderão ser proibidos de fixar qualquer carência para as gestantes de risco ou que sejam menores de 16 anos, o mesmo valendo para grávidas com alguma deficiência física, mental ou sensorial. É o que prevê o PLS 6/2013, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proibição da cobrança de carência se aplica à realização de exames pré-natais, de acompanhamento e tratamento obstétricos e partos. Para o autor da proposta, Gim (PTB-DF), o tratamento especial se justifica pela condição de maior vulnerabilidade socioeconômica dessas gestantes.

“A justiça de nossas leis, para ser equitativa, deve, portanto, contemplar essas mulheres hipossuficientes quanto à condição de enfrentar as dificuldades de uma gravidez e de um parto com tratamento adequado no que diz respeito ao atendimento médico-hospitalar contratado junto a operadoras de

planos de saúde”, defende.

O relator na CDH, Eduardo Suplicy (PT-SP), recomendou a aprovação da matéria. O texto será submetido agora ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Gim avalia que a iniciativa não deverá causar alterações importantes na lucratividade

Dependente poderá ter preferência sobre precatórios

Dependentes e pensionistas de credor de precatório que tenham mais de 60 anos ou que sejam portadores de doença grave poderão ter preferência para receber esse tipo de pagamento. Isso é o que estabelece proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que segue ao Plenário.

Precatório é uma ordem judicial para pagamento de débito de um órgão público federal, estadual, distrital ou municipal a um cidadão que obteve ganho de causa na Justiça.

A Constituição já garante prioridade ao credores maiores de 60 anos e aos que sofrem com doenças graves. Com a PEC 84/2011, o autor, Paulo Paim (PT-RS), quer estender o benefício aos dependentes e pensionistas dos credores.

O relator na CCJ, Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável à PEC. O senador lembrou entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o pagamento prioritário dos precatórios promove a dignidade do ser humano.

— Se o pensionista e o dependente preenchem os mesmos requisitos, idade ou doença grave, nada mais justo que eles também recebam a mesma excepcionalidade, quando do falecimento do titular do precatório — defendeu.

De acordo com informações de agosto de 2014 do site Consultor Jurídico, a dívida de União, estados e municípios com precatórios chega a R\$ 97,3 bilhões. Os valores foram levantados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os estados são os maiores devedores (R\$ 52,7 bilhões), seguidos pelos municípios (R\$ 43,7 bilhões) e União (R\$ 935 milhões). Entre os estados da Federação, São Paulo é o maior devedor (R\$ 21,4 bilhões), à frente de Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal.

Projeto aprovado em comissão ontem zera as alíquotas da Cofins e do PIS-Pasep sobre o transporte fluvial de passageiros entre municípios e entre estados. Proposta vai a decisão final

Texto dá incentivos à navegação na Amazônia

A ANÁLISE DE projeto que reduz a carga tributária sobre os serviços regulares de transporte fluvial de passageiros na Amazônia Legal, tanto interestadual quanto intermunicipal, avançou mais uma etapa. A proposta (PLS 34/2014) foi aprovada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) e segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentado por Alfredo Nascimento (PR-AM), o texto restringe a zero as alíquotas dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas com a cobrança das tarifas.

O autor também propõe estímulos em favor de estaleiros

e empresas de navegação da região que recorram aos recursos do Fundo da Marinha Mercante, quando se tratar de empréstimos para construção, reparo ou produção de embarcações em aço naval. Nesses casos, os financiamentos contarão com juros favorecidos de até 1,5% ao ano e prazo de amortização de 25 anos, além de carência de cinco anos para o início do pagamento.

População ribeirinha

O transporte fluvial de passageiros e de cargas é essencial para a Amazônia, justifica Nascimento. No entanto, afirma ele, a elevada carga tributária dificulta o desenvolvimento do modal, impedindo a renovação da frota e se refletindo num transporte menos seguro.

Sobre a redução à zero das alíquotas das contribuições



Segundo o autor do projeto, senador Alfredo Nascimento, impostos atrapalham o desenvolvimento do transporte pelos rios

sociais, o autor observa que se trata apenas de estender para o transporte fluvial da região o benefício já concedido, em setembro de 2013, para os serviços regulares de transporte

coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. A concessão foi autorizada após os protestos nas ruas, em junho de 2013, contra os

preços e a má qualidade dos transportes públicos.

Ao ler o relatório elaborado por Romero Jucá (PMDB-RR), Jorge Viana (PT-AC) elogiou a proposta.

Prefeitos terão que criar postos de saúde

A instalação ou a ampliação de postos de saúde nas proximidades de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida deverão seguir critérios populacionais, proporcionais à densidade de ocupação. É o que define projeto (PLS 374/2013) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O projeto segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O prefeito poderá ser julgado por crime de responsabilidade caso não se esforce para garantir a oferta de serviços nesses padrões.

A Lei 11.977/2009, que regulamenta o programa, já obriga o poder público a instalar postos de saúde,

mas não faz especificações quantitativas. Como há disparidades entre as regras dos diversos governos locais, o texto aprovado inova ao impor a adoção de critérios nacionais, já que o programa é de âmbito federal.

Pela proposta, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), os serviços básicos de saúde devem ser dimensionados de modo a atender suficientemente os moradores. As unidades de serviço compreendem os postos de saúde, as equipes do Saúde da Família e as unidades de pronto atendimento (UPAs) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Além do critério populacional proposto pelo autor,

o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), sugeriu uma emenda. Ela determina que a edificação ou a ampliação das unidades de saúde sigam os requisitos e os parâmetros mínimos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em relação à estrutura física, aos equipamentos e aos profissionais e equipes. O relatório foi lido por Jorge Viana (PT-AC).

Punição aos prefeitos

Inácio Arruda foi também o autor da emenda que alterou o foco da estratégia de cobrança sobre os prefeitos. Pelo texto original, a cobrança das prestações do Minha Casa, Minha Vida pelos mutuários seria condicionada ao efetivo funcionamento das unidades de saúde. Para o relator, porém, essa sanção só iria prejudicar o banco que financiou o projeto habitacional, e não os prefeitos.

Por isso, o senador optou pelo enquadramento do prefeito em crime de responsabilidade, caso venha a descumprir os compromissos com a saúde previstas na lei. O prefeito fica sujeito a perder o cargo e ficar inabilitado por até cinco anos para o exercício de função pública, se descumprir lei federal.

Audiência debate gestão sustentável da pesca

O fim da coordenação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o da Pesca e Aquicultura na gestão dos recursos pesqueiros será debatido hoje em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros foi regulamentado em 2009. O objetivo é subsidiar a elaboração e a implementação de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento visando ao uso sustentável. Nesse sistema, há o compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil.

A realização da audiência pública sobre o assunto atende requerimento feito pelo senador Benedito de Lira (PP-AL).

Deverão participar do debate o ministro da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes, e o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz. O presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (Faep-Br), Elizeu Augusto de Brito, e o presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe), Armando José Romaguera Burle, completam a lista de convidados para o debate na comissão.

Comissão faz sabatina de indicados a embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje para analisar seis indicações da Presidência da República para embaixadas. Quatro dos indicados serão sabatinados. A arguição vai ocorrer logo após a reunião para apreciação de emendas ao projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, marcada para as 10h.

Os sabatinados serão Alfredo César Martinho Leoni, indicado para exercer o cargo de embaixador na Polônia; Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, que deverá ser o embaixador na Finlândia; Eduardo Carvalho, indicado

para a embaixada brasileira na Namíbia; e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, que deverá assumir a embaixada no Egito, posto a ser exercido cumulativamente com as representações na Somália e na Eritreia.

Completam a lista de indicados Maria Teresa Mesquita Pessoa, indicada para a embaixada do Brasil no Nepal; e Carlos Alberto Michaelsen den Hartog, que deverá ser o embaixador na Jamaica. A CRE ainda não marcou data para as sabatinas de Maria Teresa e Michaelsen. Se aprovadas na CRE, as indicações serão submetidas à análise do Plenário, em votação secreta.



Jorge Viana leu o relatório de Inácio Arruda sobre a lei de postos de saúde

Ministro José Jorge se aposenta no TCU

Terça-feira, foi lido no Senado comunicado sobre a aposentadoria do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge, que completou 70 anos naquele dia. O

ato de aposentadoria, porém, ainda não foi publicado no *Diário Oficial da União*.

Dos nove ministros do TCU, três são indicados pelo presidente da República, três pela

Câmara e três pelo Senado, que indicará o substituto de José Jorge.

O ministro foi senador por Pernambuco (1999 a 2007) e tomou posse no TCU em 2009.

Comissão amplia lista de doenças isentas de IR

Concedido a patologias como câncer, tuberculose, aids e esclerose, o benefício pode ser estendido a enfermidades degenerativas e crônicas como lúpus, ELA e artrite reumatoide

OS APOSENTADOS POR formas incapacitantes de doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas — como o lúpus eritematoso sistêmico, a esclerose lateral amiotrófica (ELA), a osteoporose e a artrite reumatoide — poderão ficar isentos do pagamento de Imposto de Renda. É o que determina o PLS 315/2013, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O benefício já é concedido a portadores de doenças como câncer, esclerose, aids e tuberculose. A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Paulo Davim (PV-RN) apresentaram emendas para incluir a doença de Huntington e a linfangioleiomiomatose pulmonar entre as passíveis do benefício, o que foi acatado pela relatora, Ana Rita (PT-ES). O autor, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou a necessidade de reduzir a carga tributária sobre os portadores de doenças crônicas, ampliando a lista

das relacionadas na Lei 7.713/1988, que trata do IR.

— A isenção do imposto será um conforto que garantirá dignidade — disse Paim.

Durante o debate, a relatora ressaltou o alcance social da medida. Ela destacou que a proposta inova ao não exigir gravidade no quadro clínico para a obtenção do benefício. Dessa forma, explicou no parecer, quadros iniciais e leves de osteoporose e artrose permitirão aos portadores deixar de recolher mensalmente aos cofres do governo uma expressiva parcela da remuneração, o que representa mais recursos em mãos para bancar medicamentos, suplementos alimentares e procedimentos para reverter, ou pelo menos estancar, a evolução do processo patológico em curso. É a chamada “prevenção secundária”, que impede o agravamento da doença instalada.

O texto também determina que a isenção, concedida após parecer da medicina especializada, possa ocorrer mesmo que a doença tenha sido



Waldemir Moka, presidente da CAS, sugeriu emenda para incluir a doença de Huntington na lista

contraída depois da aposentadoria ou reforma.

O projeto que regulamenta a profissão de vigia autônomo, de Jayme Cam-

pos (DEM-MT), foi retirado de pauta. O texto (PLS 302/2012) condiciona o exercício da profissão ao registro em órgãos estaduais de segurança pública.

Prontuário médico deverá ser digitalizado

Os prontuários dos pacientes poderão ser digitalizados ou microfilmados para facilitar o armazenamento e, desde que seja feita a certificação digital, os documentos originais poderão ser descartados. É o que prevê o PLS 167/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposição autoriza os profissionais de saúde e as pessoas jurídicas destinadas à prestação de serviços de saúde a armazenarem em meio eletrônico, óptico ou equivalente, todos os documentos constantes de prontuário de paciente.

Somente após ocorrer a digitalização e a assinatura com certificado digital padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), os documentos originais poderão ser destruídos, com

exceção dos considerados de valor histórico.

A proposta também determina que os documentos digitalizados de acordo com a Lei da Digitalização (Lei 12.682/2012) terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito. O texto permite ainda a eliminação dos prontuários armazenados em meio eletrônico decorrido o prazo de 20 anos contados a partir da última alteração.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor da proposta, justifica a iniciativa pelo grande volume de prontuários em papel existente nos hospitais brasileiros mantido em situação precária. Segundo ele, o mecanismo mais adequado e seguro para o armazenamento desses documentos é a digitalização, pois permite

resguardar, de forma mais adequada, a privacidade e a confidencialidade das informações, além de facilitar a recuperação delas.

Para o relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o projeto é um auxílio necessário aos responsáveis pela guarda de prontuários, em razão das dificuldades para conservação. Ele também avalia ser um avanço para a proteção à saúde da população, porque facilita o acesso a informações relevantes para a assistência ao paciente. Cícero apresentou apenas uma emenda para determinar que a lei passe a vigorar um ano após a publicação.

A matéria segue para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa.

Audiência debaterá ebola com ministro da Saúde

As providências que o Brasil está tomando para evitar a entrada do ebola em território nacional devem ser debatidas em breve na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O debate, aprovado ontem, contará com a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta, convidou para o debate a ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e diplomatas dos países mais afetados pela doença, como Guiné-Bissau e Libéria.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) também propôs a inclusão de um representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz), cujos pesquisadores desenvolveram recentemente uma tecnologia que poderá permitir a fabricação de uma

vacina contra a doença.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o vírus já causou pelo menos 932 mortes e infectou mais de 1,7 mil pessoas este ano na Guiné, que decretou, com Libéria e Serra Leoa, estado de emergência. O vírus é transmitido por contato com o sangue, líquidos ou tecidos de pessoas ou animais infectados.

Também foi aprovado requerimento de Ana Rita (PT-ES) para uma audiência pública conjunta com as Comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH) sobre o tema “Aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas”, em 26 de novembro.



20 de Novembro | Dia Nacional da Consciência Negra

o mundo é feito por todas as cores

SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

Além do uso prioritário de armamento não letal por policiais, projeto aprovado em comissão proíbe a utilização de armas de fogo contra pessoas desarmadas em fuga

Aprovada prioridade para armas não letais

O USO DE armas não letais poderá ter prioridade sobre as armas de fogo na ação policial, desde que não coloque em risco a vida dos policiais, conforme substitutivo da Câmara ao PLS 256/2005, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O substitutivo segue agora para votação no Plenário do Senado.

Armas não letais, segundo o texto, têm baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes e são projetadas para conter, debilitar ou incapacitar pessoas temporariamente. São exemplo desse tipo de instrumento gás lacrimogêneo, balas de borracha, spray de pimenta e arma de eletrochoque, também conhecida como *taser*.

O autor do projeto, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), aponta o crescimento da violência na ação policial, resultando em grande número de mortes, em especial de jovens. Para reduzir as ocorrências e manter a integridade física de pessoas em abordagens policiais, ele sugere uma lei para disciplinar o uso da força pelos agentes de segurança, com prioridade para armas não letais.

Na Câmara, o texto aprovado no Senado foi ampliado e atualizado, conforme explicou o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele apresentou voto favorável ao substitutivo, para incentivar a adoção de tecnolo-



Spray de pimenta está entre as armas que, segundo o projeto, causam menos danos às pessoas

gias de imobilização como opção às armas de fogo.

— Têm ocorrido casos no Brasil em que um agressor, um assaltante ou um criminoso, já detido, é atacado por arma letal — argumentou o relator.

De acordo com o texto, será proibido o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou contra veículo que desrespeite bloqueio policial, desde que a situação não represente risco de morte ou de lesão a policiais e a terceiros.

A classificação e a utilização dos instrumentos não letais deverão constar de regulamento do Poder Executivo. O substitutivo prevê ainda como dever do poder público fornecer as armas não letais aos agentes de segurança pública e oferecer formação específica para a utilização delas. E sempre que o uso da força policial resultar em pessoas feridas, deverão ser asseguradas a imediata prestação de socorro médico e a comunicação do ocorrido às famílias das vítimas.



Texto do senador Marcelo Crivella visa reduzir os índices de violência nas ações policiais

PEC prevê seguro de vida para policial, bombeiro e carcereiro

Outro texto aprovado ontem pela CCJ foi a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui garantias de assistência médica e seguro de vida para policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. O proposta agora será submetida à

análise do Plenário do Senado.

No texto original da PEC 16/2014, o autor, Fernando Collor (PTB-AL), tratava apenas de policiais civis e militares, mas a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), incluiu bombeiros e agentes penitenciários. Ela concordou com os argumentos

de Collor de que os riscos da atividade policial justificam a PEC, mas argumentou que os bombeiros também atuam em segurança pública, arriscando a vida na defesa da população, assim como os agentes penitenciários.

A proposta aprovada determina que

sejam garantidos a esses profissionais assistência à saúde e seguro de vida, compatíveis com os riscos das atividades. Determina ainda que os custos de implementação da medida sejam assumidos pelo ente federado ao qual os profissionais estejam vinculados.

Antônio Aureliano propõe informações mais detalhadas nos rótulos de café

Antônio Aureliano (PSDB-MG) anunciou a apresentação de projeto de lei que torna obrigatória a divulgação, nas embalagens de café torrado, em grão, moído e solúvel, de informações sobre a qualidade do produto.

Pela proposta, os rótulos deverão informar o percentual de cada espécie de café; os percentuais de grãos pretos, verdes e ardidos utilizados na torra; os percentuais de casca e outros resíduos vegetais; o teor de umidade; e as impurezas no produto.



O senador explicou que o brasileiro consome em média 5 quilos de café por ano. Por isso, entende que é preciso garantir a qualidade. Segundo o senador, pesquisa da Embrapa no ano passado encontrou produtos estranhos em quase todas as marcas

de café analisadas.

— Considero inadmissível essa situação. Peço apoio na tramitação do projeto para que possamos elevar a qualidade desse produto, que já foi um símbolo da nossa economia.

Kaká Andrade define período no Senado como experiência “intensa e significativa”

Ao fazer um resumo de sua atividade no Senado, Kaká Andrade (PDT-SE), suplente do senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE), definiu seu exercício parlamentar como uma experiência “curta, intensa e significativa”. Entre os temas em discussão na Casa, ele

salientou a participação no debate sobre gerenciamento de recursos hídricos, que resultou em projeto que altera a administração da vazão de reservatórios.

O senador também chamou a atenção para projetos dele nas áreas de



saúde e meio ambiente e declarou-se positivamente impressionado com a atividade do Senado na manutenção da democracia e na defesa dos anseios dos estados.

— Foi extremamente agradável perceber que, mesmo em um ano atípico como este, quando

boa parte dos parlamentares esteve envolvida com o processo eleitoral, o Congresso continuou funcionando bem, como caixa de ressonância dos anseios populares, permitindo avanços em várias áreas legislativas.

Dilma veta jornada de 30 horas semanais para psicólogos

A presidente Dilma Rousseff vetou projeto de lei que estabelecia jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos.

Ao justificar a decisão, Dilma afirma que a redução da jornada impactaria o orçamento de

entes públicos, especialmente os municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A presidente acrescenta que a medida também pode elevar custos no setor privado.

Dilma destaca que o projeto (PLC 150/2009) não traz regras de transição nem faz estimativa de impacto orçamentário, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo a justificativa do veto, a negociação coletiva é

uma opção melhor para harmonizar interesses de gestores da saúde e dos profissionais.

O texto vetado foi um substitutivo da senadora Marta Suplicy (PT-SP) ao PLC 150/2009, do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ). A regra das 30 ho-

ras foi aprovada no Senado e confirmada na Câmara.

Agora, o veto presidencial será examinado por comissão de senadores e deputados e aguardará votação no Congresso, que definirá a manutenção ou derrubada dele.

Licença ambiental pode se tornar obrigatória antes de leilão de energia

Objetivo de projeto aprovado ontem em comissão é evitar atrasos na construção de obras de infraestrutura hidrelétrica

A APRESENTAÇÃO DE licença prévia ambiental para empreendimentos de geração de energia e de linhas de transmissão para o Sistema Interligado Nacional (SIN) deve passar a ser requisito obrigatório antes da inclusão dos projetos nos leilões de concessão. A exigência está prevista em um projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto agora vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Atualmente, a licença prévia pode ser requerida pela empresa ou consórcio que ganha a licitação, na fase preliminar do planejamento do empreendimento. Emitida pelo órgão ambiental, a licença atesta a viabilidade ambiental e os requisitos básicos exigidos para a construção dos empreendimentos.

Segundo o autor do PLS 378/2013, atrasos em licenças ambientais no setor elétrico são comuns no país, situação que ele classifica de “inaceitável”. A seu ver, o Poder Executivo revela “incapacidade administrativa ao não conseguir harmonizar os prazos de construção das linhas de transmissão, dos novos empreendimentos de geração e das respectivas licenças ambientais”.

Para Aloysio, a obrigatoriedade da licença antes dos



Fernando Collor cumprimenta José Pimentel, relator do projeto de lei que trata da exigência de licença ambiental prévia

leilões ajudará a disciplinar o planejamento setorial, induzindo maior eficiência no processo de coordenação da implantação de novos empreendimentos no setor elétrico.

Para o relator, José Pimentel (PT-CE), a inserção da obrigatoriedade da licença prévia favorece a correta avaliação dos riscos dos empreendimentos, tornando mais previsível o resultado e mais eficiente o cálculo do custo.

— Ganham os brasileiros, que terão mais energia elétrica disponível, em prazo menor e a um custo mais baixo — afirmou Jorge Viana (PT-AC), que leu o relatório durante a reunião.

Ao justificar a proposta, Aloysio citou problemas com as linhas de transmissão para conectar quase três dezenas de

parques eólicos ao SIN. As linhas deveriam ter ficado prontas em 2012, mas atrasaram e somente em março deste ano as últimas foram entregues, o que teria resultado num prejuízo superior a R\$ 3 bilhões. Responsável pela construção, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) alegou dificuldades para a obtenção das licenças prévias junto aos órgãos de licenciamento.

O senador observa que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal que realiza estudos e pesquisas na área de energia, já é responsável pela obtenção de licenças prévias de novas instalações de geração hidrelétrica e de transmissão, mas só daquelas obras que forem por ela selecionadas.

De acordo com Aloysio, essa

obrigação torna-se “inócua” caso a empresa decida não selecionar o empreendimento e, ainda assim, sua implantação motive interesse, sendo o projeto levado a leilão pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Um dos dispositivos torna efetiva essa obrigação, com mudança na lei que criou a EPE (Lei 10.847/2004), mas dando à empresa a possibilidade de delegar a obtenção da licença.

A exigência da licença prévia para a inclusão de novos empreendimentos de geração nos certames licitatórios deve passar a fazer parte da Lei 10.848/2004, que mudou o desenho da comercialização de energia elétrica e também trata da licitação de novos projetos de geração, entre outros fins.

Luiz Henrique destaca importância dos portos para exportações em SC

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que a opção pelo desenvolvimento regional que privilegia os incentivos fiscais e o investimento em logística, com destaque para a modernização de cinco portos, fizeram com que Santa Catarina tivesse o dobro do crescimento nacional nos últimos anos. Ele destacou que as exportações pelos Portos de Itajaí, São Francisco, Imbituba, Itapoá e Navegantes no primeiro semestre representaram US\$ 6,2 bilhões em divisas.

Segundo o senador, enquanto as exportações brasileiras aumentaram 4,48% em um ano, as de Santa Catarina cresceram 11,25%.

— Esse número é eloquente para se afirmar aquela decisão de conceder incentivos e benefícios fiscais para atrair novos empreendimentos e de investir na estrutura logística, nas rodovias, nos corredores de exportação e nos cinco portos modernos que nós temos no nosso estado.



Estado ganhou US\$ 6,2 bilhões com exportações no semestre, diz senador

Comissão aprova indicado para Superior Tribunal Militar

Foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação do almirante de esquadra Carlos Augusto de Sousa para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A mensagem vai para o Plenário.

Em sabatina na CCJ, o indicado relatou aos senadores a trajetória profissional na Marinha, onde ingressou em 1972. Entre

os cargos ocupados, destacou a chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa e a chefia do Estado-Maior da Armada, quando coordenou a participação da Marinha na organização e realização da Copa de 2014.

Com mestrado e doutorado em ciências náuticas pela Escola de Guerra Naval, o almirante, se tiver a indicação aprovada pelo Plenário, ocupará a vaga

aberta no STM em decorrência do falecimento do almirante de esquadra Marcos Martins Torres.

O relator da indicação na CCJ, Anibal Diniz (PT-AC), ressaltou durante a sabatina que o indicado ocupou todos os postos da carreira dele na Marinha e “preenche com louvor a qualificação necessária ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar”.



O almirante Carlos Augusto de Sousa fala na audiência, ao lado de Anibal Diniz

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

LDO 2015 recebe mais emendas de comissões

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 recebeu ontem, de seis comissões permanentes do Senado, emendas cuja inclu-

são no relatório final será analisada pela Comissão Mista de Orçamento. A previsão é que o texto consolidado seja apresentado pelo relator, senador Vital do

Rêgo, na quarta-feira. Anteontem outras quatro comissões aprovaram emendas de suas áreas. As votações continuam hoje na Comissão de Relações Exteriores.

Senadores destinam recursos para obras contra crise hídrica

A crise hídrica no país motivou a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) a propor a realização de mais obras com recursos federais, em 2015, para ampliar a oferta de água e a segurança para o abastecimento humano. Para isso, a comissão defende a destinação de recursos do Orçamento 2015 para mais 100 novos empreendimentos de infraestrutura, em especial barragens, adutoras e canais.

Esse é o objetivo de uma das emendas que a CDR aprovou ontem ao Anexo de Prioridades e Metas do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO 2015), em debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que orientará a elaboração do novo Orçamento. O anexo contém as ações que devem receber atenção espe-



Luz Augusto D'Albino

Emenda aprovada pela CDR recomenda a aplicação de verbas em barragens, adutoras e canais visando assegurar o abastecimento hídrico da população

cial — em tese, com garantia de recursos e precedência na execução durante o ano.

A CDR propôs também medida de apoio a projetos de qualificação, certificação e produção associada ao turismo. O objetivo é qualificar

50 mil pessoas em 2015. Para justificar, a comissão destaca o potencial turístico do país e a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016.

A última emenda propõe acréscimo de mais 1,3 mil projetos destinados a ampliar

o atendimento à população nos serviços de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, acessibilidade e regularização fundiária, entre outros fins.

Em relação às disposições gerais do projeto da LDO, a co-

missão recomenda dez alterações no texto, uma delas para tornar impositiva a aplicação dos recursos das emendas individuais ao Orçamento. O relatório com a análise das emendas foi preparado por Lídice da Mata (PSB-BA).

Reforma de aeroporto e rodovia pode ser prioridade

Construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos são ações da União que poderão ser beneficiadas com emenda da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. A prioridade para o setor foi sugerida pelo senador Vicentinho Alves (SD-TO) e aprovada ontem pela comissão.

O colegiado aprovou outras duas emendas ao projeto da LDO destinadas a dar aten-

ção especial à manutenção, pavimentação e duplicação de trechos rodoviários na Região Norte e para a construção de ponte sobre o Rio Paraná na BR-262, entre os municípios de Três Lagoas (MS) e Castilho (SP). A primeira foi recomendada por Valdir Raupp (PMDB-RO); a segunda, por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Também foi aprovada emenda ao texto do projeto da LDO 2015 apresentada por Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Para a escolha das emendas, adotamos os critérios de redução de risco de inadmissibilidade, maior potencial de atendimento geográfico, atendimento às demandas das populações catalisadas pelo maior número de parlamentares, maior abrangência quanto às áreas de atuação na comissão e maior probabilidade de execução da emenda — explicou o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).



Relator, Dornelles explica critérios adotados para escolha das emendas

Infraestrutura a agricultor familiar recebe incentivo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem emendas à LDO 2015. Ao todo foram apresentadas 45.

Entre elas, foi aprovada uma que destina recursos à aquisição de máquinas e equipamentos para adequação de infraestrutura produtiva nos estados e municípios de forma a incentivar a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Outra emenda destina recursos a projetos de recuperação de estradas vicinais, correção de solo, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, mercados públicos e outras obras e ações que atendam os municípios.

Ainda foi acolhida a proposta visando ampliar os estudos sobre técnicas de monitoramento do uso da terra e desenvolvimento de tecnologias para áreas de conservação em uso, além da implantação de políticas de valoração dos serviços ambientais.

Ações na fronteira e segurança pública devem ganhar reforço

As emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) priorizam ações nas fronteiras do país, na qualificação do trabalho do Ministério Público e no reforço à segurança da população.

A CCJ apontou para o próximo ano o apoio a 2 mil projetos desenvolvidos no âmbito do programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, coordenado pelo

Ministério da Justiça. Entre as ações previstas, está a modernização de unidades da Polícia Federal que atuam no combate ao tráfico de drogas.

A comissão priorizou também a aquisição de equipamentos e a melhoria de 300 instalações do Ministério Público Federal, para ampliar a efetividade das ações de fiscalização do órgão.

Além disso, decidiu pelo apoio a 20 mil projetos de modernização dos órgãos que atuam na segurança pública.

Proposta assegura assistência social a famílias vulneráveis

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou três emendas ao projeto da LDO 2015. O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da comissão, explicou que acolheu os temas que foram sugeridos em maior número, entre as 173 emendas apresentadas.

A finalidade de uma delas é assegurar recursos para melhorar o atendimento às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Na saúde, uma emenda

aprovada tem o objetivo de atender os hospitais, clínicas e centros especializados com um conjunto de ações de maior complexidade e custo na atenção à saúde (média e alta complexidade) executada por profissionais e estabelecimentos especializados.

A terceira emenda busca assegurar a continuidade da Rede Sarah de Hospitais, por meio da previsão de recursos para a manutenção do contrato de gestão entre a Associação das Pioneiras Sociais e a União.

Alterações beneficiam mulheres, negros e pessoas com deficiência

As emendas da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ao Anexo de Metas do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano privilegiam três grupos sociais: as mulheres, os negros e as

pessoas com deficiência. As mudanças propostas foram aprovadas ontem.

No caso das mulheres, o objetivo foi incluir mais 163 projetos que, entre outras finalidades, visam à implan-

tação e ao aperfeiçoamento de serviços para combater e prevenir a violência doméstica e de gênero e proteger as vítimas.

Com relação aos negros, a finalidade é assegurar, entre

outros objetivos, apoio a 16 projetos de estímulo a ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo ou que promovam a igualdade racial — como a elaboração e a divulgação de conteúdos educativos,

pesquisas e capacitação de agentes.

Com apoio a 14 projetos, a comissão também recomendou a prioridade a iniciativas de promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Base governista não conseguiu os votos necessários para acelerar a análise do projeto que muda o cálculo da meta fiscal e outra sessão da CMO foi marcada para terça-feira

Nova regra do superávit tem votação adiada

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) adiou para terça-feira a votação do projeto que altera o cálculo da meta do superávit primário do governo federal. Os parlamentares governistas não conseguiram votos suficientes para aprovar a quebra de interstício (intervalo regimental), o que permitiria votar ainda ontem o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

— Estamos dentro do prazo. Com tranquilidade, já vencemos várias etapas. O importante é cumprir o Regimento Interno e votar dentro das regras. Não foi uma derrota, foi um atraso — disse Jucá.

A maioria governista havia conseguido incluir o projeto (PLN 36/2014) na pauta de votação da CMO. Jucá leu o relatório e a discussão foi aberta, sem o clima tenso da reunião da terça-feira (leia matéria abaixo).

Depois do debate, foi colocado em votação o requerimento para a quebra de interstício. Pelas normas do Congresso, o projeto só poderia ser votado dois dias após a apresentação do relatório. Foi então que os governistas conseguiram apenas 15 votos contra 7 da oposição, quando seriam necessários 18 votos para aprovar o requerimento.

No relatório, Jucá deu voto favorável ao projeto do Executivo e contrário



Relator do PLN 36/2014, Jucá é favorável à alteração da meta como quer o governo, mas cobrou do Executivo parâmetros mais realistas sobre a economia

às 80 emendas apresentadas. Ele acredita que a alteração da meta se justifica devido ao grande número de desonerações tributárias promovidas pelo governo.

Além disso, pontuou Jucá, o governo promoveu inúmeros investimentos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), transferências de recursos a estados e a municípios e gastos com programas sociais.

Para o senador, a meta de resultado primário “não é imutável ou rígida”. Segundo ele, ajustar o número também

evita problemas maiores, como o comprometimento dos programas sociais.

Jucá apresentou o relatório como substitutivo ao projeto original do governo. Ele substituiu a expressão “meta de superávit” por “meta de resultado”. O senador ressaltou a importância da aprovação da proposta, mas fez uma cobrança ao Executivo. Disse que os parâmetros econômicos que orientam as leis orçamentárias precisam ser mais realistas, a fim de evitar mudanças como a protagonizada pelo PLN 36/2014.

— O governo precisa ter melhor planejamento, saber até onde pode chegar. Necessita propor parâmetros compatíveis com a realidade. Não adianta propor meta que não pode cumprir e números que não pode atingir — declarou Jucá.

O relator disse que talvez seja preciso rever os parâmetros econômicos que estão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na proposta de Orçamento para 2015. As previsões do governo para o próximo ano são de crescimento de 3% e superávit primário de 2% do PIB.

Presidentes do Senado e da Câmara costumam acordo com líderes

O PLN 36/2014 chegou a ser dado como aprovado na CMO em reunião na noite de terça-feira. Mas os opositores ameaçaram pedir a anulação da sessão no Judiciário. Com isso, os líderes partidários concordaram em retomar o exame da proposta ontem. O acordo foi fechado em reunião dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, com os líderes de ambas as Casas.

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), disse que o acordo seria respeitado, mas afirmou não ter feito nada de errado na sessão

de anteontem. O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), também avaliou que o presidente da CMO “não cometeu nenhuma ilegalidade regimental” na reunião anterior. Pimentel afirmou que a sessão não foi cancelada nem anulada, mas sim reaberta.

— Precisamos continuar investindo na infraestrutura brasileira com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que beneficia todos os governos estaduais. Os governadores atuais e os governadores eleitos não se insurgem contra o projeto.

Não tem nenhuma confederação se insurgindo contra o projeto — disse o parlamentar.

Os deputados Domingos Sávio (PSDB-MG) e Izalci (PSDB-DF) reclamaram que o correto seria o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, ser ouvido em audiência na CMO antes da votação da proposta.

Por sua vez, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse concordar com a colega Marta Suplicy (PT-SP), que criticou a atual equipe econômica do governo federal na carta de demissão do Ministério da Cultura.

O deputado Mendonça Filho (DEM-PE) pediu desculpa ao senador Romero Jucá, relator do PLN 36/2014, pelos excessos cometidos na noite de terça-feira. No entanto, o parlamentar manteve a posição contrária ao projeto.

— Alterar a LDO reflete a falta de planejamento e de compromisso do governo com a estabilidade econômica — avaliou.

Jucá agradeceu à oposição por aceitar dialogar com o governo.

— Apesar do confronto, ganha a política com esse acordo — disse.

Agripino protesta contra alteração do superávit



José Agripino (DEM-RN) protestou contra projeto que desobriga o governo a realizar superávit primário em 2014, que está sendo discutido na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele afirmou que a proposta é uma desmoralização do Congresso e que a oposição vai discutir exaustivamente a matéria.

O senador ressaltou que a dívida interna do Brasil é uma das mais altas do mundo, assim como os juros que incidem sobre ela. Ele salientou que o governo, de 2003 para cá, evoluiu de uma dívida interna pequena para uma dívida imoral e ressaltou que, se aprovada, a proposta vai tirar o sentido do Orçamento.

— Com essa atitude, o governo queria a um só tempo desmoralizar o Congresso na sua obrigação maior, que é a de fazer o Orçamento, e fazer com que o Orçamento perca completamente o sentido. Porque Orçamento é receita, despesa e sobra. Se você permite que uma das sobras possa mudar ao livre arbítrio do governo, para que o Congresso vai se ocupar em fazer um Orçamento com tantos debates e discussões? — indagou.

Vanessa defende revisão do cálculo da meta fiscal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a decisão da presidente Dilma Rousseff de propor a revisão do cálculo da economia que o governo deve fazer neste ano para pagar os juros da dívida pública, o chamado superávit fiscal. Ela lamentou as dificuldades ocorridas anteontem em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que examinou a proposta (PLN 36/2014).

Vanessa manifestou esperança de que o impasse entre governo e oposição seja superado e o projeto vá a votação no Congresso.

A senadora lembrou que a meta prevista na LDO de 2014 era uma economia de R\$ 116 bilhões, com possibilidade de abatimento de R\$ 67 bilhões referentes a desonerações e investimentos do PAC, o que obrigaria no fim a um superávit de R\$ 49 bilhões. Como a proposta em exame no Congresso acaba com o teto de abatimento de R\$ 67 bilhões, na prática, o governo ficaria livre para manejar o superávit.

— Isso é o melhor para o Brasil, porque é o melhor para o povo brasileiro, e não para o mercado financeiro. A época de fazer um monte de superávit, tirar o leite da criança para pagar os juros escorchantes, está ficando para trás — disse.

Casildo diz que LDO não pode ser peça de ficção



Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem em Plenário que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não pode ser uma peça de ficção para ser alterada a fim de atender os interesses do governo num momento de desequilíbrio da execução do Orçamento.

E é isso o que pode acontecer, disse o senador, caso seja aprovado o projeto que altera a LDO de 2014 para reduzir a meta do superávit primário (PLN 36/2014).

Casildo disse esperar que a proposta seja bem discutida no Congresso, antes de submetida à votação.

Ele lembrou que a LDO é uma espécie de guia para planejar atividades e tudo será melhor se o governo explicar os motivos do desequilíbrio orçamentário.

— Houve gastos emergenciais? Políticas ou ações precisaram ser executadas em função de relevantes serviços públicos? Ou faltou seriedade com o planejamento e a execução orçamentária? O que é que aconteceu? São perguntas que aguardam a resposta para que possamos, de forma consciente, decidir o encaminhamento mais adequado — disse Casildo.